

PROJETO DE LEI Nº ___/2021

"DISPÕE SOBRE EMENTA: OBRIGATORIEDADE DAS EMPRESAS QUE FAZEM TRANSPORTE BARRO, AREIA, CONCRETO, BRITA, CALCÁRIO. MADEIRA. SAIBRO. CAVACO, SERRAGEM E OUTROS **USAREM** ASSEMELHADOS. DE NOS CAMINHÕES LONAS BASCULANTES E DE EFETUAREM A DOS LOGRADOUROS MOLHA NÃO PAVIMENTADOS. PÚBLICOS DA CIRCULAÇÃO QUANDO **FORMA** CAMINHÃO(ÕES) DE HABITUAL E PERMANENTE."

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, APROVOU, e eu PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte lei:

- **Art. 1º.** As empresas que executam transporte de barro, areia, concreto, brita, saibro, calcário, madeira, cavaco, serragem e outros assemelhados, em logradouros não pavimentados, de forma habitual e permanente, e que se utilizam regularmente de caminhões para o transporte de seus produtos de modo a causar elevação dos níveis de poeira, ficam obrigadas a utilizar lonas em seus caminhões basculantes e a executar a rega das vias públicas sem pavimentação existentes ao longo do respectivo trajeto percorrido, antes e durante a sua utilização, de modo a assegurar a higiene pública e a saúde dos moradores destas localidades.
- § 1º. Para fins do disposto no caput deste artigo, considera-se circulação de forma habitual e permanente a utilização da via em tempo superior a duas horas em cada período, ou seja, matutino, vespertino ou noturno.
- § 2º. Cabe às empresas quando da utilização das ruas públicas não pavimentadas realizar a molha da mesma quando do início da circulação do(s) caminhão(ões), e

28/04/32M



em intervalos que evitem o surgimento de poeira no logradouro por, no mínimo, 04 (quatro) vezes por dia.

- § 3º. A rega das vias públicas de que trata esta lei deverá ser realizada por meio de caminhões pipa próprios da empresa ou por empresas terceirizadas por elas contratadas.
- § 4º. O disposto no caput deste artigo não se aplica às empresas que utilizam caminhões para o transporte de seus produtos, de forma esporádica.
- Art. 2º. Quando várias empresas utilizarem a mesma via ao mesmo tempo, a molha da rua poderá ser realizada conjuntamente ou isoladamente, por veículo próprio ou contratado em conjunto, sendo as empresas responsáveis solidariamente.
- **Art. 3º.** O descumprimento das disposições contidas na presente Lei acarretará ao infrator as seguintes penalidades, sucessivamente:
- I multa de 100 (cem) VRM's na primeira infração;
- II multa de 200 (duzentos) VRM's na reincidência;
- III impedimento do trânsito dos veículos transportadores até a regularização da situação;
- IV cassação do Alvará de localização.
- **Art. 4º.** Esta lei entra em vigor 30 (trinta dias) após a sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campo Largo, 28 de abril de 2021.

SARGENTO LEANDRO CHRESTANI

Vereador



EXMO. SENHOR PEDRO ALBERTO BARAUSSE, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, PARANÁ.

SARGENTO LEANDRO CHRESTANI, Vereador que abaixo subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, vem, com a máxima vênia, perante Vossa Excelência e os demais Ilustres Vereadores dessa Casa, submeter para análise, o PROJETO DE LEI em anexo, que DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS EMPRESAS QUE FAZEM TRANSPORTE DE BARRO, AREIA, CONCRETO, BRITA, SAIBRO, CAVACO, SERRAGEM E SIMILARES, DE USAREM LONAS NOS CAMINHÕES BASCULANTES E DE EFETUAREM A MOLHA DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS NÃO PAVIMENTADOS, QUANDO DA CIRCULAÇÃO DE CAMINHÃO(ÕES) DE FORMA HABITUAL E PERMANENTE.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem por objetivo estabelecer a obrigatoriedade das empresas que se utilizam de caminhões basculantes a usarem lonas para transporte de pedra britada, pó de brita, saibro, barro, areia, concreto, cavaco, serragem e similares, bem como qualquer outro produto que se desloque pela ação do movimento ou vento dentro do âmbito municipal, bem como prevê a obrigatoriedade de que as empresas que executam o transporte de tais produtos, de forma habitual e permanente de modo a causar elevação dos níveis de poeira, a procederem a rega/molhagem de todo trajeto percorrido em vias públicas não pavimentadas no município de Campo Largo, como forma de preservação e profilaxia da higiene das vias e da saúde pública da população.

Considerando que determinadas empresas praticam o trânsito de caminhões frequente, há uma natural elevação dos níveis de poeira e tal fato tem prejudicado a saúde da população que reside as margens das vias atingidas.

As partículas em suspensão são extremamente finas, de grande dispersão, podendo ser carregadas a longas distâncias e que tem grande poder de penetração no sistema respiratório.



A poeira dispersa pelo ar é pública e notória, de modo que se busca remediar o problema no sentido de garantir que seja providenciada a utilização de lonas nos caminhões basculantes e de caminhões pipas para molhar a estrada quantas vezes forem necessárias evitando assim a propagação constante da poeira.

A dispersão constante de poeira aumenta o número de casos de doenças e infecções respiratórias, uma vez que diminuem a umidade do ar. Nos ambientes internos, a poeira se torna ainda pior, pois as pessoas alérgicas tem hipersensibilidade que agrava o quadro de problemas respiratórios, uma vez que o organismo tem uma reação de forma exagerada a tais elementos, o corpo perde o controle e gera uma inflamação que pode vir em forma de um quadro gripal, de rinossinusites alérgicas ou até mesmo asma. Além disso, a poeira causa desidratação das mucosas que fica com mais dificuldade de funcionar corretamente.

Não suficiente, a poeira facilita inclusive a infecção de doenças causadas por vírus, como no caso do COVID-19. O olho coça, lacrimeja e irrita o nariz. Essa condição facilita a infecção por vírus, pois a mão que a pessoa leva ao rosto para coçar o nariz ou o olho pode estar contaminada então ela também vai contrair a doença causada pelo agente infeccioso, desta forma, em tempos de pandemia como a que estamos vivenciando, a poeira é um fator agravante para a proliferação do novo Coronavírus.

A poeira emanada pelo constante uso das vias não asfálticas da cidade e das decorrentes do efeito do vento sobre o material transportado, impactam negativamente no meio ambiente, e, consequentemente, comprometem a qualidade de vida e a saúde pública dos campo-larguenses.

A poeira é um dos fatores que mais adoece o aparelho respiratório e ocasiona sintomas desconfortáveis, as poeiras podem conter parasitas (fungos e bactérias nocivos) e demais micropartículas que têm o forte potencial de gerar complicações no nosso corpo, principalmente para quem já apresenta histórico clínico de alergias e predisposição genética para desenvolver esse tipo de problema.

Apenas a título de exemplificação, a poeira pode ser responsável por ocasionar ou agravar uma série de doenças, como as que seguem (disponível em: https://www.hipolabor.com.br/blog/4-perigos-da-poeira-para-sua-saude-respiratoria/):



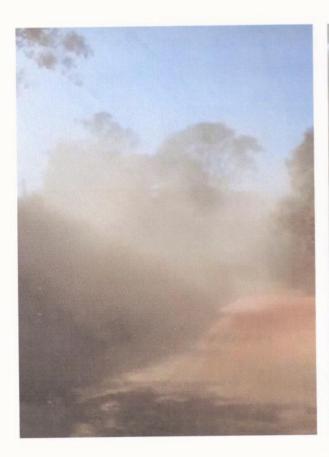
- 1. <u>Leptospirose</u>: pelos e dejeções de ratos contaminados podem fazer parte da poeira. Uma vez inalados, são capazes de causar leptospirose;
- 2. <u>Histoplasmose</u>: pequenas partículas oriundas de penas e dejeções de aves infectadas por fungos principalmente os pombos podem causar histoplasmose, caso sejam inaladas. A histoplasmose também é uma infecção e pode provocar anemia, febre, além de complicações no sistema respiratório.
- 3. <u>Pneumoconiose</u>: essa doença pode acometer pessoas que inalam poeiras que contêm, em sua composição, alguns tipos de minerais específicos. É o caso de poeiras de amianto, sílica e talco. Trata-se de um quadro grave de doenças pulmonares crônicas;
- 4. <u>Pneumonite</u>: essa doença se caracteriza pela inflamação dos tecidos pulmonares ou dos bronquíolos. A causa está associada à inalação de poeiras contendo metais, como cádmio e berílio. As consequências para o organismo são semelhantes às da pneumonia. No entanto, podem ser mais brandas dependendo do metal inalado.
- 5. <u>Asma</u>: a asma consiste em uma grave inflamação dos brônquios e consequente produção de muco espesso gerando um entupimento das vias aéreas e, às vezes, espasmos musculares. Essa situação é causada pela exposição a agentes irritantes, como a poeira. Um dos seus principais sintomas é o chiado ao respirar, aperto no peito, falta de ar, tosse e dificuldade na respiração. Esse quadro pode durar alguns minutos ou até mesmo se estender por vários dias;
- 6. <u>Bronquite</u>: a bronquite é a inflamação das vias respiratórias que transportam o ar para os pulmões. Os seus principais sintomas são: problemas para respirar, dores e desconforto no peito, tosse seca e às vezes acompanhada de muco. A bronquite pode ser aguda ou crônica. bronquite aguda: é bastante comum, tem uma curta duração, costuma ser desencadeada pelo contato com vírus e costuma vir junto de resfriados; bronquite crônica: é uma doença pulmonar obstrutiva crônica, que dura bastante tempo e é ocasionada principalmente pela inalação de poeiras, gases tóxicos e poluição;
- 7. Rinite alérgica: a rinite alérgica é uma reação do sistema imunológico do corpo provocada pela inalação de partículas estranhas. Assim, quando a pessoa entra em contato com fragmentos de poeira e substâncias nocivas, seu organismo reage tentando reagir e expelir a partícula. Aí começam a surgir crises de espirros, coceira no nariz, coriza, tosse, entre outros sintomas. A poeira doméstica é um dos principais fatores que desencadeiam o surgimento de cries de rinite alérgica (fungos, ácaros, bactérias, pólen, resíduos de pele humana). O controle e o combate da rinite alérgica consistem em manter o ambiente arejado, ventilado e livre de objetos que acumulem poeira;



8. Cancro do pulmão: a cancro do pulmão, ou câncer do pulmão, é um sintoma muito grave que pode ocasionar a morte do indivíduo. Ele é uma espécie de neoplasia pulmonar que se caracteriza pelo crescimento celular acelerado e descontrolado das células do pulmão. Uma das suas causas conhecidas é a exposição ao amianto, uma partícula extremamente tóxica.

Além das graves consequências à saúde que a poeira pode causar, destacamos também que os altos índices de pó reduzem a visibilidade nas vias, que podem acarretar em graves acidentes.

O excesso de material que cai dos caminhões e a poeira emanada pelo trânsito dos veículos transportadores, causam, também graves malefícios à flora e à fauna de nossa cidade, eis que contaminam o meio ambiente como um todo. Conforme bem se observa através das imagens que a seguir se apresentam:











RUA SUBESTAÇÃO DE ENOLOGIA, 2008 - CEP 83601-450 - CAMPO LARGO - PARANÁ FONE: (41) 3392-1717

















A molhagem/rega da forma que se objetiva se torne obrigatória nos termos do Projeto de Lei em anexo, é como na imagem abaixo apresentada. Trata-se de uma medida paliativa, mas que de imediato atenderá aos anseios da população que reside nas regiões mais afetadas, principalmente em época de estiagem. A rega reduz satisfatoriamente a emissão de pó decorrente do uso constante das vias por caminhões de transporte, gerando mais qualidade de vida e reduzindo os riscos à saúde da população, da flora e da fauna dos locais desprovidos de pavimento asfáltico.

Verifica-se, pois, que se trata de uma proposição de grande importância e relevância para os munícipes, além disso, não onera o executivo, tampouco extrapola a competência do legislativo, da forma que a seguir se explanará.







DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA

Antes de mais nada, cumpre-nos apresentar a fundamentação legal que autoriza expressamente o vereador a legislar sobre a matéria de que trata o Projeto de Lei ora proposto, senão vejamos:

Constituição Federal:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

[...]

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

[...]

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

Regimento Interno da Câmara de Vereadores:

Art. 131 - A iniciativa dos projetos de lei cabe:

[...]

II - ao Vereador;



Art. 69 - Compete ao vereador:

[...]

III - apresentar proposições que visem ao interesse coletivo;

Lei Orgânica de Campo Largo:

Art. 10. Compete aos Municípios:

[...]

XXV - quanto aos estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços:

[...]

- b) revogar a licença daqueles cujas atividades se tornarem prejudiciais à saúde, à higiene, ao bem estar, à recreação, ao sossego público, aos bons costumes e ao meio ambiente; (grifo nosso)
- Art. 40 Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito Municipal, legislar sobre as matérias de competência do Município, em especial:
- I assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e estadual, notadamente no que diz respeito:

[...]

e) à proteção ao meio ambiente e ao combate à poluição;





Código de Posturas de Campo Largo:

Art. 36. A fiscalização sanitária abrange todo território do Município, sendo, principalmente, dirigida à:

a) higiene das vias públicas.

[...]

d) controle da poluição ambiental.

Art. 41 - Para preservar, de maneira geral, a higiene pública, **fica proibido**:

[...]

III - transportar qualquer tipo de material sólido ou liquefeito, sem as precauções necessárias, causando o comprometimento da higiene das vias públicas. (grifo e sublinho nosso)

Art. 42. É proibido lançar nas vias públicas, nos terrenos sem edificação, várzeas, valas, bueiros e sarjetas, lixo de qualquer origem, entulhos, cadáveres de animais, fragmentos pontiagudos ou qualquer material que possa ocasionar incomodo a população ou prejudicar a estética da cidade, bem como queimar, dentro do perímetro urbano, qualquer substancia que possa viciar ou corromper a atmosfera. (grifo e sublinho nosso)

Art. 43. <u>É expressamente proibida a instalação</u>, no território do município, de indústrias que pela natureza dos produtos, pelas matérias primas utilizadas, pelos combustíveis empregados, <u>ou por</u>



<u>qualquer outro motivo possam prejudicar a saúde</u> <u>pública.</u> (grifo e sublinho nosso)

Art. 212 - Não será concedida licença, para o funcionamento dentro do perímetro urbano, aos estabelecimentos industriais, que pela natureza dos seus produtos, pelas matérias primas utilizadas, pelos combustíveis empregados ou que por qualquer motivo possam prejudicar a saúde pública e a obstrução do tráfego. Para estas situações é obrigatório o licenciamento ambiental junto ao órgão estadual pertinente (Instituto Ambiental do Paraná) além da licença municipal. (grifo e sublinho nosso)

Conforme se denota da vasta legislação apresentada, extraídas da Lei Orgânica do Município de Campo Largo, Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Campo Largo e do Código de Condutas do Município, é de competência do Vereador legislar sobre a matéria de que trata o Projeto de Lei em anexo, sobretudo pelo fato de que a proposição apresentada não afeta a competência privativa do Prefeito Municipal, nos termos do artigo 67 do Regimento Interno.

Com esses fundamentos, a proposição em exame está revestidas dos critérios exigidos no tocante a constitucionalidade, legalidade e adequação técnica-jurídica, pelo que então espera-se o consenso dos Nobres Pares para aprovação da matéria nas Comissões Permanentes e pelo Soberano Plenário.

Câmara Municipal de Campo Largo, 28 de abril de 2021.

SARGENTO LEANDRO CHRESTANI